



FÓRUM RONDONIENSE SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA.

Carta Aberta à População Rondoniense

O Fórum Rondoniense Sobre a Reforma Administrativa, que foi instituído com o objetivo de fazer com que o debate sobre a mencionada reforma em tramitação no Congresso, extrapole o âmbito dos interesses do mercado e da grande mídia como vem ocorrendo atualmente, vem a público alertar a população do Estado de Rondônia e a Bancada Federal, esta, responsável direta pela apreciação da matéria no legislativo federal, quanto as consequências de sua aprovação na forma proposta, para a qualidade dos serviços públicos prestados, tanto no âmbito do executivo federal, quanto nos estaduais e municipais, assim como também para os servidores e empregados públicos das três esferas (Federais, Estaduais e Municipais), e ainda para os trabalhadores da iniciativa privada.

A reforma proposta e suas consequências para a população, especialmente os mais pobres.

Para você que acha que a reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional, somente atingirá os servidores públicos, segue uma série de informações não pautadas pela grande mídia nacional, que irão demonstrar que ela atinge todos, independentemente de ser servidor ou empregado público federal, estadual ou municipal, trabalhador da iniciativa privada, está no subemprego, é desempregado, aposentado e etc.

Primeiro é necessário que se avalie a reforma administrativa proposta, levando-se em consideração outras alterações recentes já ocorridas, no âmbito da administração pública, que refletem de forma direta na prestação de alguns serviços públicos essenciais, utilizados pela grande maioria da população brasileira.

Lembram-se da PEC (95) – Projeto de Emenda Constitucional que tratou do “Teto dos Gastos Públicos”, também chamada de “PEC da Morte”? Ela altera a Constituição instituindo um “novo regime fiscal” fixando que as **despesas e investimentos públicos estão limitados** aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isso vai significar **menos investimento em áreas como educação e saúde**, serviços considerados essenciais, principalmente para quem não tem condições de pagar ensino particular ou planos de saúde de valores exorbitantes.

Além disso, você lembra que em 2013 foi aprovado pelo Congresso Nacional a destinação de 75% dos royalties do petróleo e **50%** do Fundo Social do Pré-Sal **para educação** e ainda que **25%** dos royalties devem ser usados **em saúde**? Pois é, também tramita no Congresso, mudança na distribuição do dinheiro do pré-sal, onde o Senado já aprovou uma nova distribuição, tirando dinheiro da educação e saúde e dando a seguinte redistribuição: 30% dos recursos arrecadados pela União com o pré-sal vão para o Fundo Social; 30% para os fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM); 20% para a União, que deve empregá-los em saúde e educação; e 20% para o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de escoamento da Produção (Brasduto). (Fonte: Agência Brasil). Ora, se com uma previsão constitucional de um percentual mínimo de investimento em áreas como saúde e educação nós já temos essa qualidade de serviços que conhecemos, como ficarão com a desconstitucionalização dessa obrigação?

Além de tudo o que foi acima narrado, que representa apenas uma parte do que vem por aí com a reforma administrativa proposta, tem ainda um “programa de desestatização de setores da economia, considerados estratégicos em vários países do mundo, onde, no nosso caso, é mais correto chama-lo de “desnacionalização de setores estratégicos da economia”, visto que, até o momento, por exemplo, quem ganhou os leilões de o pré-sal, os do setor elétrico e de empresas como a Embraer, foram empresas estrangeiras.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE RONDÔNIA
C.G.C 05658802 / 0001-07
Filiado a CUT - FNU

Por fim, tudo que foi “reformado” nos últimos anos sob o argumento de “diminuir o tamanho do estado”, abrir espaço para a iniciativa privada, melhorar a economia, gerar emprego, não se efetivou conforme se apresentado.

A reforma proposta e suas consequências para os(as) trabalhadores(as) na iniciativa privada.

No que se refere aos trabalhadores na iniciativa privada, todas as reformas ocorridas até então, sob o argumento de gerar emprego e melhorar a economia, nada do que foi prometido se concretizou. Primeiro veio a reforma das leis trabalhistas, que flexibilizou regras ao extremo; dificultou aos trabalhadores (as) demandarem judicialmente direitos seus; precarizou as relações do trabalho. Depois veio a reforma da previdência, que criou regras que passaram a exigir requisitos difíceis de preencher como o de 40 (quarenta) anos de contribuição para um ambiente de trabalho cuja duração do emprego, em média, fica abaixo de cinco anos.

Para maioria dos trabalhadores da iniciativa privada, a reforma administrativa que diminui a presença do estado em setores estratégicos da economia, que desconstitucionaliza a exigência de percentuais mínimos e investimento em setores essenciais como saúde e educação, as consequências dessa reforma são mais danosas, já que a maioria não possuem renda suficiente para pagar planos de saúde, escolas particulares para seus filhos e bancar outras necessidades básicas de suas famílias.

A reforma proposta e algumas consequências para os servidores e empregados públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

Inicialmente é necessário que seja registrado que diferentemente do discurso da mídia e do governo, o número de servidores públicos em relação à população brasileira está abaixo do verificado em muitos países desenvolvidos. E em relação aos rendimentos, a maior parte dos funcionários públicos (57%) tem rendimentos concentrados na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, de R\$ 3.816,00. No serviço público municipal, o percentual dos que auferem este rendimento corresponde a 73%, faixa na qual estão concentrados 56% dos servidores estatutários do Brasil (RAIS).

A reforma administrativa proposta, tem como premissa, que estão nos custos com o servidor público a principal a causa do déficit orçamentário, quando segundo a FGV – Fundação Getúlio Vargas, historicamente, os gastos com a rubrica “Pessoal e Encargos Sociais” representam cerca de 15% do Orçamento Executivo Federal.

A reforma administrativa proposta, não retira apenas a estabilidade para os futuros servidores públicos, ela também tira direitos, precariza as condições de trabalho dos servidores e o atendimento à população e é extensiva aos servidores estaduais e municipais. Se você que não é servidor público acha que não será afetado, irá ver que isso não é verdade ao se deparar, na prática, quando precisar de alguns serviços públicos.

Solução – Cobre do Deputado Federal e Senadores de sua região, que não aprovelem nenhuma reforma que venha precarizar os serviços públicos, tirar direitos conquistados durante anos de árduas lutas, aumentar ainda mais as desigualdades sociais, vistas de forma mais clara no momento atípico de pandemia pelo qual ainda passamos no Brasil.

No próximo dia 30 de setembro, o Fórum Rondoniense Sobre a Reforma Administrativa, estará realizando uma live, para a qual estará sendo convidada toda a bancada federal, com o objetivo de iniciar no Estado de Rondônia, um verdadeiro debate, claro, transparente, sem esconder as reais consequências a reforma administrativa proposta. Um dia antes será disponibilizado na página do SINDSEF e outros sindicatos, o horário e em quais aplicativos você poderá participar desse momento de extrema importância para a sociedade.

A Coordenação do Fórum.